



290

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0188085-1

APELANTE: Estado de Pernambuco

APELADO: Fagner Leonardo Martins de Sá

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

245

5510

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA PMPE/BMPE/2003. EXAME DE SAÚDE. 1. O entendimento jurisprudencial é no sentido de que não fere o princípio da isonomia, erigir fatores de avaliação em concursos públicos, desde que guardada a devida razoabilidade com a natureza do cargo em certame. 2. Nesses termos, é possível, em tese, eleger a higidez otorrinolaringológica e gênito-urinária como pressuposto para o exercício da função policial militar. 3. O exame de saúde em comento encontra-se respaldado na legislação de regência, qual seja art. 10 da Lei nº 6.783/1974, Decreto Estadual nº 10.832/1985, Portaria CRESEP nº 44/1994. 4. Todavia, o edital do concurso não identifica, de maneira concreta e objetiva, quais os parâmetros de aferição que consubstanciam o *desvio de septo* incompatível com a função em disputa, de vez que desvios irrelevantes obviamente não são incapacitantes. 5. Os termos do edital do certame em apreço evidenciam-se também genéricos quanto ao estabelecimento da patologia "varicocele" como causa incapacitante ao exercício do cargo de soldado da PM/BM, contrariando, portanto, o princípio da razoabilidade. Precedentes desta 8ª Câmara Cível e do TJMG. 6. Reexame necessário improvido à unanimidade, prejudicado voluntário.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0188085-1, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 17 de dezembro de 2009 (data de julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

246

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0188085-1
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Fagner Leonardo Martins de Sá
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** da sentença de fls. 174/176, proferida, em 02.07.2008, pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que julgou procedente o pedido formulado nos autos da ação ordinária nº 001.2004.004863-3, consistente no retorno ao concurso público para ingresso no CFSd PMPE/BMPE/Edital-2003.

Registro, inicialmente, que foi parcialmente antecipada a tutela pleiteada (fls. 99/100), assegurando ao autor o retorno ao certame em comento, com realização das fases subseqüentes.

Tal antecipação de tutela foi ampliada, em 18.02.2005, garantido ao apelado a nomeação e posse, até julgamento final do mérito, eis que o mesmo comprovou haver concluído com êxito o referido curso de formação (fls. 147/151 e 153).

As razões de apelo, constante das fls. 177/188, asseveram: (i) o apelado não impugnou o edital, aceitando todos os seus termos; (ii) o exame de saúde e as respectivas causas incapacitantes encontram-se previstos nas normas de regência, quais sejam: art. 142, § 3º, X, da CR; art. 10 da Lei Estadual nº 6.783/1974; arts. 12 a 14 do Decreto Estadual nº 10.932/1985 e Portaria nº 44/1994; (iii) necessidade de apresentação, pelo apelado, de laudo minucioso, apontando sua aptidão ao desempenho das funções militares; (iv) é vedado ao judiciário, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes (art. 2º da CR), adentrar na análise do mérito administrativo; e (v) a atividade castrense exige preparo apropriado.

Nas contra-razões de fls. 193/200, o apelado, argumenta: (i) inconstitucionalidade de sua eliminação do certame, eis que contrária ao princípio da razoabilidade; (ii) a portaria nº 44/1994 não estabelece os graus do desvio de septo ou de varicocele que consistiriam em incompatibilidade com o exercício do cargo de soldado; e (iii) ausência de lei em sentido formal a amparar ditas causas incapacitantes.

O Ministério Público opinou pelo não provimento do reexame necessário, prejudicado o voluntário. (fls. 213/216).

É o essencial a relatar.

Tendo em vista que o valor atribuído à causa autorizaria o processamento pelo rito sumário, determino a inclusão do feito em pauta, em aplicação analógica do disposto no art. 76, parágrafo único do Regimento Interno.

Recife, 02 de dezembro de 2009.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



231

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0188085-1

APELANTE: Estado de Pernambuco

APELADO: Fagner Leonardo Martins de Sá

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

247

VOTO

Conforme antedito, a presente questão gira em torno dos exames de saúde, mais especificamente dos **exames otorrinolaringológicos e gênito-urinários**, fase eliminatória do concurso público para ingresso no curso de formação de soldados PMPE/BMPE/Edital 2003.

Registro, na seqüência, ser possível, à luz da jurisprudência pátria, o estabelecimento de fatores de avaliação em concursos públicos, desde que guardada a devida razoabilidade com a natureza do cargo em certame.

Em outras palavras: é possível, em tese, eleger a higidez otorrinolaringológica e gênito-urinária como pressuposto para o exercício da função policial militar.

Tenho, nesse sentido, que o exame de saúde em comento encontra-se respaldado na legislação de regência, qual seja art. 10 da Lei nº 6.783/1974, Decreto Estadual nº 10.832/1985, Portaria CRESEP nº 44/1994 e edital do concurso em referência.

Analisando os autos, observo que o ato de exclusão do autor do certame, foi lançado nos seguintes termos:

"RESULTADO DO EXAME MÉDICO:

INAPTO - Otorrino - Desvio Septo Nasal

Genito-Urinário - Varicocele esquerda, de acordo com o item 5.2.10 do Manual do Candidato." (fls. 38).

Verifico, na seqüência, que o item 5.2.10 do edital dispõe:

"5.2.10 . Será CONSIDERADO INAPTO no Exame de Saúde o candidato que:

- . incidir em quaisquer das causas de incapacidade de saúde, especificadas na Portaria do Comando Geral nº 044, de 06 de janeiro de 1994, modificada pela Portaria nº 1.246, de 06/08/2003 (disponível na internet), aplicada, também, ao Corpo de Bombeiro Militar.**
- . possuir, ainda, altura inferior a 1m 65cm, se do sexo masculino e 1m 60 cm, se do sexo feminino.**
- . apresentar exame laboratorial compatível com a moléstia ou enfermidade especificada no subitem 5.2.3. deste Manual.**
- . deixar de apresentar qualquer um dos Exames solicitados.**
- . deixar de comparecer aos Exames nas datas e locais estabelecidos." (fls. 32).**

Conforme constante às fls. 46 destes autos, as causas incapacitantes otorrinolaringológicas em questão, são as seguintes:

"III - OTORRINOLARINGOLÓGICAS

- 1 - Perfuração do tímpano**
- 2 - Otites crônicas**
- 3 - Sinusopatias crônicas**
- 4 - Desvio septo nasal**
- 5 - Hipertrofia dos cornetos**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

238

248

- 6 - Déficit auditivo
- 7 - Pólipos
- 8 - Amigdalite crônica com hipertrofia das amígdalas
- 9 - Patologia genética
- 10 - Labirintopatias
- 11 - Outras patologias otorrinolaringológicas que comprometam a função policial-militar (inclusive distúrbios de fala).

Ocorre que o edital do certame não identifica, de maneira concreta e objetiva, quais os parâmetros de aferição que consubstanciam o **desvio de septo** incompatível com a função em disputa.

Desvios irrelevantes obviamente não são incapacitantes.

Quanto à causa incapacitante gênito-urinária, varicocele esquerda, verifico, às fls. 47 dos autos, que o Anexo Único da mencionada Portaria nº 44/1994, dispõe:

"V - DOENÇAS DO APARELHO GÊNITO-URINÁRIO

- 1 - Síndrome nefróticos
- 2 - Glomerulonefrites
- 3 - Insuficiência renal crônica
- 4 - Rins Polcístico
- 5 - Nefrocalcinoses
- 6 - Outras doenças de rins e ureteres de mau prognóstico
- 7 - Hidrocele
- 8 - **Varicocele**
- 9 - Epispadia
- 10 - Outras deformidades que incapacitem para a função policial-militar (Doenças de Bexiga, Uretra e Prostata).

Todavia, tenho que a previsão editalícia, de caráter genérico, da patologia "varicocele" como causa incapacitante ao exercício do cargo de soldado da PM/BM, da forma como posta no certame em apreço, fere o princípio da razoabilidade.

Nesse sentido, colaciono os seguintes arestos desta 8ª Câmara, julgados à unanimidade:

"CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. REPROVAÇÃO NO EXAME DE SAÚDE. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DAS REGRAS ELENCADAS NO EDITAL. NÃO CONFIGURADO. CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. APELO IMPROVIDO. 1. Edital do referido concurso e a Portaria do Comando Geral nº 044/91 - CRESEP prevêm, entre outras hipóteses, que será considerado inapto o candidato portador de "doença do aparelho gênito-urinário", incluindo-se aí varicocele esquerda. 2. Tal regra fere os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, estabelecendo exigência impertinente ou irrelevante para o específico objeto do certame, tendo em vista que não constitui critério plausível para auferir aptidão em concurso para serviço público, além de que pode ser perfeitamente corrigida. 3. Jurisprudência desta Corte de Justiça e do STJ. 4. Apelo improvido, mantido o julgado em todos os seus termos. 5. Decisão por unanimidade." (AC 130487-8). Destaquei.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

233
249

"DIREITO CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO PMPE. EXAME DE SAÚDE. VARICOCELE. ENFERMIDADE REVERSÍVEL E NÃO INABILITANTE AO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO DE POLICIAL MILITAR. RESPEITO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O ora agravado, em sede de Ação Ordinária, insurgiu-se contra o laudo médico que concluiu por sua inaptidão para o processo seletivo de ingresso na PMPE e CBPMPE, tendo logrado êxito no sentido de comprovar, liminarmente, que a moléstia da qual é portador não enseja sua exclusão do certame. 2. A certidão que serviu de supedâneo para a exclusão do agravado do certame em apreço, acostada às fls. 57 dos autos em apenso, **restringe-se a declará-lo como inapto no exame clínico, por apresentar desvio de septo e varicocele esquerda, sem sequer explicitar a gradação de tais enfermidades e se as mesmas são incapacitantes para a assunção do cargo de policial militar.** 3. Outrossim, é de se ressaltar que as enfermidades que a Comissão Examinadora do concurso em tela deseja imputar ao agravado como causas determinantes de sua inaptidão não ensejam sua absoluta incapacidade para o exercício das atividades inerentes ao cargo cujo provimento se almeja, tendo em vista o seu caráter reversível, cuja cura poderá advir de cirurgia específica. 4. De fato, conferir natureza eliminatória a enfermidade que se apresenta reversível, corresponde a ineludível malferimento ao princípio da razoabilidade, consagrado pelo nosso Ordenamento Jurídico. 5. A unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso de agravo. (RA 107387-2/01). Destaquei.

No ponto colaciono, ainda, o seguinte aresto do TJMG:

"EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR. REPROVAÇÃO EM EXAME DE SAÚDE. CONSTATAÇÃO DE VARICOCELE. INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE. LAUDO DE PERÍCIA JUDICIAL CONCLUSIVO QUANTO À SANIDADE FÍSICA DO CANDIDATO. NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. A Administração Pública pode determinar critérios específicos de seleção para o ingresso na carreira da Polícia Militar, mormente considerando as peculiaridades da profissão e a importância da correta aferição dos referidos critérios para a segurança social. **Os requisitos devem observar os limites legais, possuindo caráter objetivo e não se traduzindo em nenhuma forma de discriminação. A constatação da varicocele, isoladamente, não justifica a exclusão do candidato do certame, mormente se considerada de forma genérica, sem a necessária aferição da real condição de saúde do mesmo e inexistindo correlação entre a referida alteração e a atividade desenvolvida no exercício das funções militares.** Presente nos autos laudo pericial, realizado na observância do contraditório e da ampla defesa, concluindo no sentido da sanidade física do candidato e conseqüente aptidão do mesmo para o exercício das funções do cargo de policial militar, o ato de exclusão ofende o princípio da razoabilidade, restando **eivado de nulidade.**" APELAÇÃO CÍVEL. Nº 1.0024.03.100598-6/002. Destaquei.

Por essas razões, nego provimento ao reexame necessário, prejudicado o voluntário.

Recife, 17 de Dezembro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

234

250

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO GUIMARÃES

Acompanho o Relator.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE)

Voto no mesmo sentido.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, IMPROVEU-SE O REEXAME NECESSÁRIO,
PREJUDICADO O APELO."

Márcia